

## REFLEXÕES SOBRE O LETRAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Alexsandra Machado da Silva dos SANTOS  
UNISUAM / PUC-RJ  
[alexiam@ibest.com.br](mailto:alexiam@ibest.com.br)

**Resumo:** Quando os Parâmetros Curriculares Nacionais explicitam que “o ensino de Língua Portuguesa, hoje, busca desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão lingüística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura”; (2002, p. 52) faz-se necessário, portanto, repensar as práticas de ensino que são utilizadas em sala com este objetivo. Entretanto, é de extrema importância que façamos, também, uma reflexão sobre a questão do letramento enquanto um processo múltiplo e constante e, primordialmente, instrumento no processo ensino - aprendizagem, pois este não é resultante apenas das mudanças cognitivas que a escrita pode provocar nas representações dos estudantes, mas também das mudanças que o indivíduo é capaz de realizar e que de fato realiza com a escrita e, principalmente, com a leitura em práticas diferenciadas. Sendo assim, o trabalho proposto tentará abarcar algumas questões referentes ao letramento, tendo como foco de investigação certas considerações sobre uma pesquisa realizada em uma turma do sexto ano do Ensino Fundamental da Rede Estadual do Rio de Janeiro em que foram propostas atividades com o objetivo de verificar não só práticas de leitura do aluno como também dos diversos grupos sociais nos quais estes se encontram inseridos.

**Palavras-chave:** letramento; leitura; desenvolvimento; aprendizagem.

As dificuldades encontradas, atualmente, na Educação Básica em relação à leitura e à escrita são inúmeras e constantes. Pensar o trabalho de gêneros textuais no ensino de Língua Portuguesa é uma questão que remete ao conceito de letramento; pois este surge como o resultado da ação de ensinar e aprender, a partir de práticas sociais diferenciadas, conforme demonstra Magda Soares ao afirmar que “letramento é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”. Sendo assim, parte-se do pressuposto de que o professor deve ter, primordialmente, o texto como objeto de trabalho no cotidiano escolar. Logo, traremos à tona as experiências de leitura, de interpretação e produção textual em uma turma do sexto ano do Ensino Fundamental e a forma como estas atividades contribuíram para a inclusão social e a inserção dos alunos no mundo letrado.

Refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa, na atualidade, significa reconhecê-lo como um processo que inclui práticas diversas. Compreender a funcionalidade e a aplicabilidade da Língua Portuguesa é um fator importante desde as séries iniciais, no entanto, esta afirmação torna-se ampla, pois não se restringe apenas a uma definição, existe uma relação intrínseca entre o conhecimento, o reconhecimento da língua e suas práticas culturais e sociais.

Primeiramente, trataremos o que determina os Parâmetros Curriculares Nacionais em relação à proposta de revisão e de acompanhamento pedagógico do Ensino de Língua Portuguesa.

O papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país. (SOUZA, 1998, p. 06)

Nesse sentido, os professores precisam buscar, então, esta consciência de que existe a necessidade de uma escola voltada para a formação de cidadãos que transformem a nossa realidade. Em relação ao ensino de Língua Portuguesa e de Literatura, segundo os PCN's, a leitura possui o papel fundamental para a concepção citada, pois é esta que forma e transforma, modifica concepções e realiza ações. Estas áreas focalizam a necessidade de dar ao aluno condições de ampliar o domínio da língua e da linguagem, aprendizagem fundamental para o exercício da cidadania.

A análise do ato de ler torna-se fundamental em um mundo onde a escrita é vista de maneira absolutamente positiva e indispensável na circulação de idéias. Em nossa cultura, com base grafocêntrica, o acesso à leitura é considerado como algo essencial, uma vez que torna possível ao indivíduo a obtenção de benefícios indiscutíveis: aquisição de conhecimentos e de aprimoramento cultural, forma de lazer e de prazer estético, ampliação das condições de interação e de convívio social, entre outros. (RESENDE, 2000, p. 17)

Sendo assim, devemos enfatizar a importância da leitura como um instrumento que facilite o indivíduo a construir a sua realidade. Em outras palavras, há a proposta de que a escola organize o ensino de Língua Portuguesa e de Literatura desenvolvendo os conhecimentos lingüísticos, literários e discursivos de forma que o aluno possa:

- ler e escrever conforme seus propósitos e demandas sociais; expressar-se apropriadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato;
- refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade lingüística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua.

Uma vez que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral ou escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente. Propõe – se que as atividades planejadas sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos para que o aluno possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados. (PCNs, 1998, p. 56-57)

O ensino de Língua Portuguesa pode constituir-se em fonte efetiva de autonomia para o sujeito, condição para a participação social responsável. Sendo a leitura o ponto crucial para esta formação ao representar não apenas um mero ato de reconhecimentos de letras, sílabas, frases e orações, mas sim a real interpretação dos variados códigos existentes na atualidade; reflete constantemente os aspectos que circundam seu ambiente de aprendizagem e as diferentes formas de construção de conhecimentos. Recentes pesquisas demonstram que a escola nas séries iniciais não ministra uma política de desenvolvimento da prática da leitura condizente com um trabalho que evidencie o despertar pelo gosto da leitura. Nesse sentido, devemos refletir qual seria o verdadeiro papel do professor de Língua Portuguesa para alcançar esta meta? Segundo Maria Teresa Gonçalves Pereira, há a necessidade do real conhecimento do perfil do profissional de Língua e Literatura.

Primeiramente conscientizar-se de que professor de Língua Portuguesa *não é só* ser professor de Gramática. É ser polivalente. Por tal entenda-se, relacionar-se bem com Leitura, Filologia, Filosofia, Antropologia, Sociologia, História, Geografia porque efetivamente uma língua viva se funda em tudo isso, *é denominador comum, é fator de unidade, polariza, congrega, instiga, enfim, é agente de cultura.* (PEREIRA, 2000: 244)

Além destes documentos oficiais, a Secretaria de Estado de Educação no Estado do Rio de Janeiro a partir dos baixos resultados nas avaliações internas e externas (IDEB, SAERJ e ENEM) resolveu repensar as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, criando, assim, os “Currículos Mínimos”, documentos estes que possuem eixos de aprendizagem baseados em habilidades e competências que teriam como função minimizar a grande carência de aprendizagem existente no Estado do Rio de Janeiro.

Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino aprendizagem, em cada disciplina, ano de escolaridade e bimestre. Com isso, pode-se garantir uma essência básica comum a todos e que esteja alinhada com as atuais necessidades de ensino, identificadas não apenas nas legislações vigentes, Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais, mas também nas matrizes de referência dos principais exames nacionais e estaduais. Consideram-se também as compreensões e tendências atuais das teorias científicas de cada área de conhecimento e da Educação e, principalmente, as condições e necessidades reais encontradas pelos professores no exercício diário de suas funções.[...] Entendemos que o estabelecimento de um Currículo Mínimo é uma ação norteadora que não soluciona todas as dificuldades da Educação Básica hoje, mas que cria um solo firme para o desenvolvimento de um conjunto de boas práticas educacionais, tais quais: o ensino interdisciplinar e contextualizado; oferta de recursos didáticos adequados; a inclusão de alunos com necessidades especiais; o respeito à diversidade em suas manifestações; a utilização das novas mídias no ensino; a incorporação de projetos e temáticas transversais nos projetos pedagógicos das escolas; a oferta de formação continuada aos professores e demais profissionais da educação nas escolas; entre outras — formando um conjunto de ações importantes para a

construção de uma escola e de um ensino de qualidade. (SEEDUC – RJ, 2010, p.2-3)

Em relação ao Ensino de Língua Portuguesa foram criadas concepções que se dividem entre as séries, nos respectivos bimestres, em que o professor deve dividir o seu planejamento a partir de aulas criadas com um determinado “foco”, ou seja, todas as habilidades e competências são desenvolvidas através de atividades sobre “Leitura”, “Uso da Língua” e “Produção textual”, com a escolha específica de textos como: tiras, charges, propagandas, receitas, bulas, manuais, crônicas, contos, narrativas de aventura, de ficção, canção, poemas, notícias, reportagens, entrevistas e outros. Essa composição é relevante ao priorizar o ensino de leitura, do próprio uso da língua e da produção textual através do trabalho de textos, no entanto, a imposição da tipologia textual em determinadas situações comprometem a perspectiva do ensino de Língua Portuguesa vinculado prática social, pois se o professor entrelaçasse o texto às questões atuais e referentes ao cotidiano do aluno seria uma prática bem mais conscientizadora, todavia é preciso citar que nem sempre esta abordagem é devidamente feita.

É preciso demonstrar que a noção de gêneros discursivos, neste trabalho, terá grande relevância, pois adotaremos o pensamento de Bakhtin (1997) que acredita na flexibilidade ou na instabilidade própria da linguagem para que se construam discussões. É nesse sentido, ou seja, naquele de uma tendência à interpretação e reinterpretação do fato relacionado a aspectos sociais que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa representam uma certa imposição, à medida que significa uma determinação das esferas oficiais que impõe uma perspectiva de ensino que não contempla as diferenças das inúmeras realidades.

É imprescindível citar que as propostas e diretrizes governamentais apontam para um ato que vai além do âmbito da escola, esse transcender é uma posição que não permite uma abordagem em que o aluno tenha uma postura de criação, cada escola possui uma realidade específica que deve ser devidamente trabalhada. Estamos muito longe da possibilidade de praticar a linguagem, enquanto uma prática social e discursiva, reconhecida como pertencente a certos gêneros do discurso.

Dessa forma, o ensino da Língua Portuguesa através da determinação de tipologia textual específica aproxima-se de uma metodologia em que surgem os tradicionais exercícios de interpretação e de produção de textos, apenas com uma aparência ligeiramente diferente e com a assimilação mais atualizada.

Como acreditamos nas concepções que se encontram no enfoque bakhtiniano dos gêneros do discurso, que por um lado, coloca-os de maneira bem diferente da citada acima, pois este teórico acredita em uma concepção intimamente relacionada com determinadas esferas da atividade humana e dentro de uma contextualização social muito mais ampla. Vale lembrar, também, que consta na reflexão bakhtiniana uma proposição dos gêneros do discurso praticados de forma mais livre e espontânea (esfera da vida cotidiana), quanto aos gêneros do discurso institucional (esfera das superestruturas), nos quais se incluiriam, em princípio, os gêneros do discurso praticados na escola.

Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo. (...) Em termos práticos, nós os empregamos de forma segura e habilidosa, mas em termos teóricos podemos desconhecer inteiramente a sua existência. (...) Até mesmo no bate-papo mais descontraído e livre nós moldamos o nosso

discurso por determinadas formas de gênero, às vezes padronizadas e estereotipadas, às vezes mais flexíveis, plásticas e criativas (a comunicação cotidiana também dispõe de gêneros criativos).(BAKHTIN, 1997, p.282).

É nesse sentido, que devemos refletir sobre a noção de letramento, enquanto um ato que revela a aquisição do ato de ler, escrever e interpretar os diferentes códigos e situações existentes vinculado às questões sociais. O conceito de letramento sofreu um crescente movimento de difusão na esfera pedagógica, de alguns anos para cá. Surgido nas ciências sociais, justamente com o propósito de separar estudos relacionados ao campo da alfabetização dos estudos que se preocupavam em investigar os impactos sociais da escrita (KLEIMAN, 1995), o letramento pode ser entendido como conjunto de práticas sociais de uso da escrita. Lembramos que, segundo Kleiman (2005), uma prática de letramento pode implicar, por exemplo, o envio de um e mail, de uma carta ou a escrita de um blog, de um caderno de perguntas, de um diário ou até mesmo através das mensagens enviadas em redes sociais, enquanto atividades que envolvem a língua escrita e que comportam objetivos determinados em situações determinadas.

(...) um conjunto de atividades que se origina de um interesse real na vida dos alunos e cuja realização envolve o uso da escrita, isto é, a leitura de textos que, de fato, circulam na sociedade e a produção de textos que serão lidos, em um trabalho coletivo de alunos e professor, cada um segundo sua capacidade. O projeto de letramento é uma prática social em que a escrita é utilizada para atingir algum outro fim, que vai além da mera aprendizagem da escrita (a aprendizagem dos aspectos formais apenas), transformando objetivos circulares como ‘escrever para aprender a escrever’ e ‘ler para aprender a ler’ em ler e escrever para compreender e aprender aquilo que for relevante para o desenvolvimento e realização do projeto. (KLEIMAN, 2005, p.46)

Contudo nem sempre este ponto de visto é adotado. As pesquisas apresentam uma abordagem na qual retratam que os textos usados em sala de aula, geralmente, são “fragmentos de livros” – nesse caso pecam porque não fornecem aos alunos o todo da história, mas apenas uma parte, adulterando a estrutura original da obra e seu sentido mais global -, ou são textos escritos pelos próprios autores do livro didático, quase sempre com o objetivo de trabalhar apenas os conteúdos de gramática ou determinados aspectos funcionais da Língua e, com isso, estes textos são usados apenas como “pré” texto, para que conhecimentos gramaticais sejam repassados. Em segundo lugar, os “exercícios de interpretação” propostos incluem uma parte de trabalho com o léxico – o que não seria propriamente interpretação, mas uma espécie de *gramática disfarçada* – além de questões que de interpretativas nada apresentam, na medida em que exigem, basicamente, que o aluno volte ao texto e copie fragmentos, transcreva falas ou ordene temporalmente acontecimentos, enfim, que redublique, que reafirmem o que há de óbvio no texto, além, é claro, da identificação do nome do autor, do título da obra.

É necessário refletir sobre a perspectiva que a “interpretação pressupõe individualidade e, principalmente, coletividade, pressupõe a possibilidade de imprimir a própria marca naquilo que se leu”. (VILLARDI, 2000, p. 6). Seguindo este pensamento, concordamos, também, com Bakhtin ao afirmar que

... entenderia por escrita propriamente dita a possibilidade de o sujeito ter o seu próprio discurso. E se entende por leitura a compreensão, se entende por leitura o acesso a um conhecimento diferenciado, aquele que lhe permite reconhecer a sua identidade, seu lugar social, as tensões que animam o contexto em que vive ou sobrevive e, sobretudo, a compreensão, assimilação e questionamento, seja da própria escrita, seja do real em que a escrita se inscreve. (BAKHTIN, 1995, p. 22)

Portanto, fica difícil elaborar perguntas que exigem as mesmas respostas para todos sem que ocorra um mínimo de diferenciação, ou seja, em que a “resposta correta” já se apresenta pronta, quase sempre predeterminada no livro do professor. Assim, na medida em que a interpretação de texto não se vem apresentando como uma opção viável para o desenvolvimento das habilidades de leitura, já que os problemas perduram, cremos que cabe ao trabalho com o gêneros textuais para o ensino de Língua e de Literatura, um papel fundamental e privilegiado na construção de aspectos que remetam à cidadania..

É o jogo entre a linguagem do cotidiano e dos textos de literatura que enriquece o imaginário infantil [...] a leitura não deve ser encarada como aprendizado puramente escolar. Ler é uma brincadeira que deve ser repartida com prazer; as crianças precisam de histórias que as levem a conhecer outro mundo. (DIATKINE, 1993, p.7 – 8)

Chegamos conclusão de que é preciso acreditar no trabalho dos gêneros textuais no ensino de Língua Portuguesa enquanto uma prática que traz à tona possibilidades de criação e construção de conhecimentos interdisciplinares. Esta possibilidade de prática pedagógica é uma questão que remete ao conceito de letramento enquanto uma abordagem que traz aspectos sociais e culturais de forma sincrônica e diacrônica; pois este surge como o resultado da ação de ensinar e aprender, a partir de práticas sociais diferenciadas, conforme demonstra Magda Soares ao afirmar que “letramento é o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter se apropriado da escrita e de suas práticas sociais”.

Com isso, tentamos analisar a prática do ensino de Língua Portuguesa em uma turma do sexto ano do Ensino Fundamental que foi adotado durante todo o ano de 2011 em uma escola estadual, no Rio de Janeiro. Buscamos práticas pedagógicas em que textos diferenciados são utilizados a partir de uma escolha através de “centros de interesses”, ou seja, a turma possui alunos entre 10 e 11 anos que chegam a Unidade de ensino Estadual com um conhecimento prévio da estrutura da Língua Portuguesa, isto é, os alunos reconhecem, escrevem e interpretam pequenos textos. Estes são oriundos das redes municipais de ensino do Estado do Rio de Janeiro que nem sempre seguem as mesmas propostas curriculares, logo, existem dificuldades diferenciadas. Primeiramente, foram propostas fichas em que o aluno deveria marcar o que mais gostavam de ler, nesta observação foi observado que a grande maioria gostava muito de “histórias em quadrinho”, no primeiro bimestre, estes estiveram entre os textos analisados. Ocorreu a leitura, a interpretação de várias histórias em quadrinhos e tivemos como resultado desta prática a criação de novas histórias nas quais o código verbal e não verbal foram utilizados.

Logo após, passamos a trabalhar com textos diferenciados em jornais e revistas, posteriormente, chegamos a análise de livros paradidáticos com títulos diferenciados, no

entanto, a escolha feita pelos alunos não foi imposta pelo professor, pois este apresentou os títulos e o corpo discente os escolheu. Esta ação gerou uma série de discussões que chamaram à atenção dos outros alunos e os livros foram trocados na sala, construindo, assim, o que definimos como o “Círculo dos livros”.

Estas atividades já se desdobraram e geraram ações como a apresentação de uma peça teatral em que o título “*História meio ao contrário*”, foi devidamente apresentada, mas de forma atualizada, quando os alunos identificaram o rei como um representante do governo que desconhecia os problemas do bairro onde este habitava, a princesa, como uma “jovem moça” que queria encontrar um lindo rapaz que a amasse realmente. Nesta construção, percebemos a transposição de uma narrativa pertencente à Literatura que foi devidamente equiparada à realidade dos alunos. Além dessa atividade, a turma, também, construiu textos com temas variados de acordo com os títulos analisados.

É preciso ressaltar que esta investigação se iniciou durante o ano de 2011 e tem como perspectiva a continuidade por mais três anos, dessa forma, serão propostas atividades que valorizem a prática da leitura e sua respectiva disseminação, ou seja, estes alunos posteriormente seriam aqueles que continuariam esta prática. No entanto, o trabalho realizado com esta turma do Ensino fundamental, apenas, se iniciou e ainda deve trilhar uma caminhada de construções constantes.

Toda essa abordagem perpassou, também, pelas atividades de leitura, de uso da língua e da produção textual que constam como paradigmas oficiais no Currículo Mínimo proposto pela Secretaria de estado de Educação do Estado do rio de Janeiro

Concluimos, portanto, que o ensino de Língua Portuguesa deve abarcar as inúmeras formas textuais que a realidade oferece, sem dispensar, entretanto, o que existe enquanto norma e regra para que o aluno domine socialmente, culturalmente a Língua portuguesa e possa, enfim, tornar-se um indivíduo inserido na sociedade em que vive de forma consciente e questionadora.

### **Referências bibliográficas**

BAKHTIN, MIKHAIL **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Língua Portuguesa – 3º e 4º ciclos**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Guias Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1975.

KLEIMAN, Angela. **Modelos de Letramento e as práticas de alfabetização na escola** In: (org.) *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

PEREIRA, Maria Tereza Gonçalves. “O professor de Língua Portuguesa: modos de ensinar e de apre(e)nder.” In. **Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino**. Petrópolis: Vozes, 2000.

RESENDE, Andréa Andrade Siqueira de. “O desafio de formar leitores.” In. **Presença Pedagógica**. Belo Horizonte: Dimensão, vol. 6, nº 34, 2000.

SOUZA, Paulo Renato. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1998.